

APRESENTAÇÃO DA REVISTA *100 MAIORES EMPRESAS DOS AÇORES* 2013

Ponta Delgada, 12 de dezembro de 2014

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Começo por agradecer o convite para estar aqui presente. Esta cerimónia marca um momento de visibilidade de um trabalho que significa, de forma especial, o reconhecimento e o elogio aos galardoados, mas também um momento de incentivo na busca da excelência e na busca da melhoria da atuação e da performance de todos aqueles que, confrontados com este ranking e com estes galardões, veem neles um fator de incentivo para melhorarem a sua atividade.

Aquilo que gostaria de vos transmitir, neste momento e de forma muito breve, tem a ver fundamentalmente com, em primeiro lugar, o facto de termos vivido neste ano de 2014 um ano particularmente exigente e particularmente rigoroso, quer para as empresas, quer para as famílias açorianas nos mais variados setores.

Da parte do Governo, procuramos responder com a mobilização de todos os nossos recursos, de todas as nossas competências, no sentido de ajudar a criar as condições para que a presente situação possa ser ultrapassada o melhor possível, quer atendendo a necessidades conjunturais, quer no desenvolvimento de um trabalho estrutural.

Entraremos, em breve, em 2015 com um conjunto de fatores que induzem uma confiança acrescida e uma certeza de novos instrumentos para retomarmos um caminho de melhoria da nossa economia, um caminho de crescimento económico e um caminho de criação de emprego e de riqueza.

Quais as ferramentas ou quais os fatores que fundamentam, no fundo, essa confiança? São públicos, no sentido de que estão à vista de todos os que os quiserem considerar. Neste momento, gostaria de salientar apenas alguns. Em primeiro lugar, o facto de, em 2015, ser previsível a entrada em execução e em velocidade de cruzeiro no novo Quadro Comunitário de Apoio, sobretudo naquilo que tem a ver com a componente de dois fundos - do FEDER e do Fundo Social Europeu - através do Programa Operacional Açores 2020.

Esta constitui uma alavanca poderosa quanto à capacidade da nossa Região de utilizar os cerca de 1.500 milhões de euros que resultaram de uma negociação concluída com sucesso pelo Governo dos Açores e que contou com o envolvimento dos vários parceiros sociais e partidos políticos quanto à definição de prioridades que deveriam ser estabelecidas e que deveriam ser concretizadas no âmbito desse Programa Operacional.

Quer o Programa Operacional, quer o Quadro Comunitário de Apoio, não são instrumentos relativamente aos quais possamos aplicar a expressão “business as usual”.

Este novo Quadro Comunitário de Apoio e o Programa Operacional que lhe está subjacente é mais exigente nas suas regras, é mais focado naquilo que tem a ver com as elegibilidades de despesa, é mais atento e mais direcionado para a obtenção de resultados, constitui, no fundo, um desafio, quer à parte pública, quer à componente privada da nossa economia.

Falamos apenas do Fundo Social Europeu e do FEDER, uma vez que estão ainda a decorrer os trabalhos, que gostaríamos que fossem concluídos o mais rapidamente possível, das outras duas componentes que assumem importância fundamental para a nossa economia e que têm a ver com o fundo relativo à agricultura e outro relativo aos assuntos do mar e às pescas.

Também neste âmbito de fundos comunitários, um realce para aquelas que são as novas regras do POSEI e o contributo que elas podem dar a uma cada vez melhor preparação do nosso setor primário ou, em especial, da nossa agricultura, para se adaptar e fazer face, com sucesso, aos desafios que estão à nossa frente, entre os quais releva o desafio da extinção do regime de quotas leiteiras.

O segundo aspeto que me parece uma ferramenta acrescida indutora desta confiança tem a ver com o novo sistema de incentivos COMPETIR+, cuja regulamentação também já foi aprovada pelo Governo e que constitui um dos principais instrumentos de incentivo público ao investimento privado na nossa Região.

São vários os subsistemas que contempla, mas, se me permitem, eu gostaria de salientar aquele que tem a ver com o subsistema de Incentivos ao Fomento da Base Económica de Exportação que, no fundo, constitui o apoio ao investimento privado direcionado para o desenvolvimento da produção de bens transacionáveis e inseridos numa cadeia de valor relacionada com os nossos recursos endógenos, que sinaliza três áreas principais da nossa economia, como sejam o setor agroalimentar, o turismo e a economia do mar.

O plano de investimentos públicos para 2015 pretende também corresponder a essa geração de confiança quando assume a importância desse investimento e, ao nível das verbas que estão afetas aos sistemas de incentivos da competitividade empresarial, destina mais de 40 milhões de euros para esse mesmo objetivo.

Uma terceira componente tem a ver com a política fiscal regional. Num primeiro plano, naquilo que tem a ver com um regime de benefícios fiscais contratualizado, que foi já aprovado pelo Governo e que se direciona para projetos de importância estratégica para a economia regional e que tem uma intervenção fundamentalmente a três níveis, desde a dedução à matéria coletável de IRC, até isenções e reduções no IMI ou no IMT e que é diferenciado por várias ilhas.

Mas há uma outra questão no que tem a ver com a componente fiscal regional e que tem a ver com o facto de, após um ano, ao contrário da vontade e do parecer do Governo Regional e de diversos parceiros sociais e de partidos políticos, termos retomado a

possibilidade - que já existia em 2013, deixou de existir em 2014 e volta a existir em 2015 – de termos um diferencial fiscal em relação ao continente de 30%.

Tenho ouvido e lido muita coisa a este propósito, mas julgo importante que o assunto seja encarado com verdade, com lucidez mas, sobretudo, com muita responsabilidade. Como é sabido, a situação no âmbito da Lei de Finanças Regionais que existia em 2013 foi para 2015 apenas parcialmente reposta, ou seja, se é certo que voltamos ter um diferencial fiscal de 30%, como existia em 2013, o facto é que não contamos com o mesmo nível de transferências que existia em 2013.

Isto significa que, à partida, a República já ganhou com esta alteração qualquer coisa na ordem dos 67 milhões de euros. Mas, o que me parece fundamentalmente importante nesta matéria é que não embarquemos numa perspetiva que considero simplista de ver a questão apenas do lado da diminuição dos impostos.

É agradável, é certo, é muito agradável, todos nós estaremos, porventura, de acordo, mas a questão não se resume a isso. Diminuir impostos significa, à partida, menos investimento público, menos despesa pública e não apenas na estimativa dos 37,4 milhões de euros.

É preciso estar bem consciente de um número muito simples. Se esse valor de 37,4 milhões de euros fosse utilizado para realizar investimentos com fundos comunitários, estamos a falar de uma diminuição no âmbito de despesa pública, no âmbito do investimento público, na ordem dos 250 milhões de euros.

Se o número for, como também já ouvi, na ordem dos 50 milhões de euros, então o valor de que estamos a falar é de mais de 330 milhões de euros de redução de investimento público, de redução de despesa pública.

É público que o Governo está a trabalhar num consenso regional nesta matéria e que pretende ouvir os partidos políticos quanto à percentagem de diminuição do diferencial fiscal, mas também em relação a que despesas no Plano de 2015 devem ser eliminadas - despesas e investimento - para corresponder àquela que é a proposta de cada um quanto à diminuição de receitas que resultará naturalmente da diminuição de impostos.

Uma quarta componente que me parece também um fator indutor de confiança tem a ver com a alteração do modelo de transporte aéreo entre os Açores e o continente. Um bom resultado, um resultado que correspondeu aos objetivos que o Governo tinha definido quando iniciou este processo há cerca de três anos e que, no fundo, se podem resumir a três componentes fundamentais: o facto de este novo modelo de acessibilidades aéreas ter de ser mais flexível do que o modelo que existia, ter que consagrar uma proteção para residentes e para estudantes e, por último, servir também ele próprio como fator de coesão regional.

É certo que há um mundo novo de oportunidades que se abre com este novo modelo de acessibilidades aéreas de e para os Açores, mas é importante também termos consciência

de que, se assim acontece do ponto de vista das acessibilidades, isso significa que a pressão incidirá muito mais sobre outras componentes, outras vertentes e outros fatores sobre os quais até ao momento essa pressão não existia.

A qualidade de serviços é uma delas e é importante que todos nós tenhamos a consciência de que estas oportunidades trazem também uma grande responsabilidade, mas é importante assumir também aqui que essa responsabilidade não é apenas para os privados.

É também uma responsabilidade acrescida para a parte pública, sobretudo naquilo que tem a ver com a sua componente de ordenamento e da regulação da acessibilidade a essa área ou do ordenamento deste setor, nomeadamente no que tem a ver com a capacidade de alojamento.

Estas medidas e estes fatores não funcionam só por si. Os Açores e a economia açoriana não serão melhores apenas porque existem essas medidas, serão melhores consoante a utilização que cada um de vós, cada um dos empresários dos Açores, dos Açorianos, der a estas medidas, porque é necessário não esquecermos que é uma área a partir da qual o Governo não pode nem deve ir.

É uma área a partir da qual o sucesso ou o insucesso depende apenas da competência, da capacidade, do dinamismo de cada um dos privados, de cada um dos empresários.

Estes são fatores de confiança e de esperança, mas depende de todos nós termos uma atitude proativa, porque ela também tem importância nesta retoma que todos nós, julgo eu, queremos para puxar os Açores para cima.

É na confiança e na esperança de que todos nós estamos interessados na criação de um clima que possa favorecer e potenciar ainda mais estes fatores que me despeço, agradecendo a vossa atenção, formulando as maiores felicidades para este ano de 2015 e, antecipadamente, desejando a todos um Feliz Natal e um ano de 2015 com tudo de bom.

Muito obrigado.